O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni, para proceder às mudanças que julgar adequadas em seu parecer.

O SR. ANGELO VANHONI (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em virtude do processo de discussão entre as Lideranças partidárias na Câmara dos Deputados, em relação à Medida Provisória nº 362, de 2007, fiz modificações quanto à admissibilidade das Emendas nºs 1, 3 e 7, que pretendem, de alguma forma, estender os percentuais de aumento do salário mínimo aos benefícios da Previdência e Assistência Social.

Nesse sentido, fiz algumas modificações para que essas emendas sejam submetidas à discussão e à avaliação das Sras. e dos Srs. Deputados, neste plenário.

No que diz respeito às Emendas nºs 2, 4, 5, 6 e 8, que propõem valores mais altos para o salário mínimo, acima dos 380 reais, produto de acordo entre as Centrais Sindicais e o Governo, inclusive de 700 reais, mantemos o posicionamento pela inadmissibilidade, do ponto de vista da sua inadequação financeira e orçamentária.

As emendas dos Deputados Otavio Leite e Felipe Maia pretendem introduzir no corpo da medida provisória um conjunto de enunciados que prevê o estabelecimento de uma política de médio e longo prazos para a valorização do salário mínimo, de 2008 até 2012 e de 2012 até 2023.

Estou retirando esse texto do projeto de lei de conversão porque o acordo produzido entre as Lideranças dos diversos partidos da Câmara dos Deputados possibilita que façamos a votação em 2 momentos: na noite de hoje procederemos à

discussão e à votação da medida provisória que estabelece o valor do salário mínimo neste ano de 2007; e, na terça-feira que vem, submeteremos ao Plenário o recurso interposto pelo Deputado Paulo Renato Souza, do PSDB, ao parecer do PL nº 1, de 2007, para que seja discutido. Se esse recurso for aprovado, o relatório da Comissão Especial será submetido a voto no plenário; se não for aprovado, será conclusivo e deverá ser encaminhado ao Senado Federal.

Nesse sentido, os partidos da base que dá sustentação ao Governo, o conjunto de Deputados e as Lideranças da Oposição acordaram em proceder à votação do recurso na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - Naturalmente, de ofício, devo retirar da pauta os vários requerimentos que propõem o adiamento da votação.